

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL REPRESENTADA
POR CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E PENHOR DE AÇÕES DE EMISSÃO DA
N.S.O.S.P.E. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.**

ENTRE

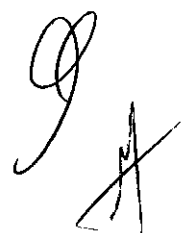
**N.S.O.S.P.E. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
COMO EMISSORA**

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
COMO AGENTE FIDUCIÁRIO, REPRESENTANTE DA COMUNHÃO DOS DEBENTURISTAS**

E

**SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO DE GESTÃO, SGPS, S.A.
COMO INTERVENIENTE ANUENTE E GARANTIDORA**

**DATADO DE
26 DE MARÇO DE 2012**

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'J' followed by a series of loops and a final vertical stroke.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL REPRESENTADA
POR CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E PENHOR DE AÇÕES DE EMISSÃO DA
N.S.O.S.P.E. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

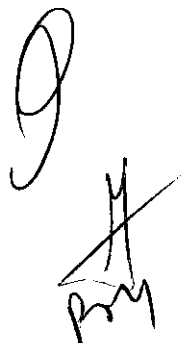
Pelo presente instrumento particular,

- (a) **N.S.O.S.P.E. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante à CVM – Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 66, Bloco B, Sala 1201, parte, CEP 22210-030, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.634.131/0001-00, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("**Emissora**");
- (b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, sala 514, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de representante da comunhão dos titulares das Debêntures, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Agente Fiduciário**");

e, como parte interveniente, anuente e garantidora nos termos dos Contratos de Garantia (conforme definido abaixo), que assina a presente Escritura de Emissão para expressar sua ciência e concordância com seus termos e condições,

- (c) **SEMAPA – SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A.**, sociedade aberta de direito português, constituída e existente de acordo com as leis da República Portuguesa, com sede na Cidade de Lisboa, Portugal, na Av. Fontes Pereira de Melo, nº 14, 10º andar, matriculada na Conservatória do Registro Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 502 593 130, e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.813.685/0001-74, neste ato representada por seu procurador ("**Garantidora**");

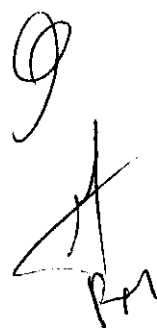
vêm, na melhor forma de direito, celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Penhor de Ações de Emissão da N.S.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. ("**Escritura de Emissão**"), em observância às seguintes cláusulas e condições:

Handwritten signature and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page.

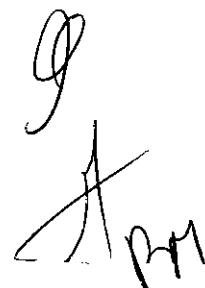
CLÁUSULA I - DEFINIÇÕES

Sem prejuízo de outros termos definidos nesta Escritura de Emissão, os termos a seguir são utilizados nesta Escritura de Emissão, tanto no singular quanto no plural, com o significado estabelecido nesta Cláusula, conforme segue:

- 1.1. **"AGE"**: possui o significado atribuído na Cláusula II;
- 1.2. **"Agente Escriurador"**: possui o significado atribuído no item 4.6;
- 1.3. **"Agente Fiduciário"**: significa a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada;
- 1.4. **"Amortização Programada"**: possui o significado atribuído no item 5.4;
- 1.5. **"Amortização Extraordinária Obrigatória"**: possui o significado atribuído no item 5.5.1;
- 1.6. **"ANBIMA"**: possui o significado atribuído no item 3.4;
- 1.7. **"Assembleia de Debenturistas"**: possui o significado atribuído no item 10.1.1;
- 1.8. **"Banco Mandatário"**: possui o significado atribuído no item 4.6;
- 1.9. **"CETIP"**: possui o significado atribuído no item 3.5.1;
- 1.10. **"Conta Vinculada"**: possui o significado atribuído no item 5.9.1;
- 1.11. **"Contrato de Distribuição"**: possui o significado atribuído no item 4.7.1;
- 1.12. **"Contrato de Penhor de Ações"**: possui o significado atribuído no item 5.8.1.1.;
- 1.13. **"Contrato de Cessão Fiduciária"**: possui o significado atribuído no item 5.8.1.2.;
- 1.14. **"Contratos de Garantia"**: possui o significado atribuído no item 5.8.2;
- 1.15. **"Coordenador Líder"**: possui o significado atribuído no item 4.7.1;
- 1.16. **"Coordenadores"**: possui o significado atribuído no item 4.7.1;

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

- 1.17. **"CVM"**: possui o significado atribuído no item 3.3;
- 1.18. **"Data de Emissão"**: possui o significado atribuído no item 5.1.8;
- 1.19. **"Data de Integralização"**: possui o significado atribuído no item 5.2;
- 1.20. **"Data de Pagamento dos Juros"**: possui o significado atribuído no item 5.3;
- 1.21. **"Data de Vencimento"**: possui o significado atribuído no item 5.1.9;
- 1.22. **"Debêntures"**: possui o significado atribuído no caput da Cláusula III;
- 1.23. **"Debêntures em Circulação"**: possui o significado atribuído no item 10.1.5;
- 1.24. **"Debenturistas"**: possui o significado atribuído no item 5.1.5;
- 1.25. **"Direitos Creditórios"**: possui o significado atribuído no item 5.8.1.2.;
- 1.26. **"Dividendos"**: possui o significado atribuído no item 5.5.1;
- 1.27. **"Emissão"**: possui o significado atribuído no *caput* da Cláusula III;
- 1.28. **"Emissora"**: significa a N.S.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., acima qualificada;
- 1.29. **"Escritura de Emissão"**: significa o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Penhor de Ações de Emissão da N.S.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A.;
- 1.30. **"Evento de Inadimplemento"**: possui o significado atribuído no item 6.1.1;
- 1.31. **"Garantidora"**: significa a SEMAPA - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., acima qualificada;
- 1.32. **"Índices Financeiros"**: possui o significado atribuído na alínea r) do item 6.1.1;
- 1.33. **"Instrução CVM 358"**: possui o significado atribuído na alínea w) no item 7.1.1;
- 1.34. **"Instrução CVM 476"**: possui o significado atribuído no item 3.3;

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page.

- 1.35. **"Investidores Qualificados"**: possui o significado atribuído no item 4.7.2;
- 1.36. **"JUCERJA"**: possui o significado atribuído no item 3.1;
- 1.37. **"Juros"**: possui o significado atribuído no item 5.3;
- 1.38. **"Lei das Sociedades por Ações"**: possui o significado atribuído no *caput* da Cláusula III;
- 1.39. **"Livrança"**: possui o significado atribuído no item 5.8.1.4.;
- 1.40. **"Notificação de Vencimento Antecipado"**: possui o significado atribuído no item 6.1.7;
- 1.41. **"Oferta Restrita"**: possui o significado atribuído no item 3.3;
- 1.42. **"Ônus"**: possui o significado atribuído na alínea y) do item 6.1.1;
- 1.43. **"Parcela de Amortização Programada"**: possui o significado atribuído no item 5.4;
- 1.44. **"Período de Carência"**: primeiros 24 (vinte e quatro) meses após a Data de Emissão;
- 1.45. **"Prêmio"**: significa o Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa ou o Prêmio de Resgate Antecipado Compulsório, conforme o caso;
- 1.46. **"Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa"**: possui o significado atribuído no item 5.14.1;
- 1.47. **"Prêmio de Resgate Antecipado Compulsório"**: possui o significado atribuído no item 5.14.2;
- 1.48. **"Quorum Qualificado"**: possui o significado atribuído no item 6.1.8;
- 1.49. **"Resgate Antecipado Compulsório"**: possui o significado atribuído no item 5.12.3;
- 1.50. **"Saldo na Data do Vencimento Antecipado"**: possui o significado atribuído no item 6.1.7;

- 1.51. "**SDT**": possui o significado atribuído no item 3.5.1;
- 1.52. "**SND**": possui o significado atribuído no item 3.5.1;
- 1.53. "**Supremo**": significa a Supremo Cimentos S.A.;
- 1.54. "**Taxa DI**": possui o significado atribuído no item 5.3.2;
- 1.55. "**Valor Nominal Unitário**": possui o significado atribuído no item 5.1.1;
- 1.56. "**Valor Total da Emissão**": possui o significado atribuído no item 4.5; e
- 1.57. "**Vencimento Antecipado**": possui o significado atribuído no item 6.1.8.

CLÁUSULA II – AUTORIZAÇÃO

Esta Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 22 de março de 2012 ("**AGE**").

CLÁUSULA III – REQUISITOS

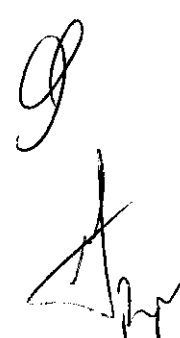
A 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de crédito e penhor de ações de emissão da Emissora ("**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente) será realizada em observância ao disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), de acordo com os seguintes requisitos:

3.1. Arquivamento e Publicação da Ata da AGE

A ata da AGE que deliberou sobre a Emissão será devidamente: (i) arquivada perante a Junta Comercial do Estado de Rio de Janeiro ("**JUCERJA**"); e (ii) publicada no Jornal Gazeta de Notícias e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

3.2. Arquivamento da Escritura de Emissão e de Eventuais Aditamentos

A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCERJA, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.



3.3. **Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários**

As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, a Oferta Restrita automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

3.4. **Dispensa de Registro na ANBIMA**

A Oferta Restrita não será objeto de registro perante a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos do parágrafo primeiro do artigo 25 do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".

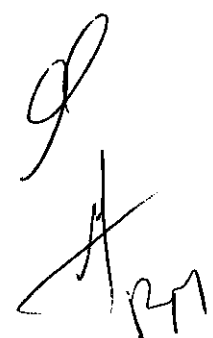
3.5. **Registro para Distribuição e Negociação**

3.5.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.5.2. Não obstante o descrito no item 3.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre os Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, condicionado à disponibilização, pela Emissora, dos requisitos constantes no artigo 17 da mesma Instrução.

3.6. **Constituição das Garantias Reais**

No prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data de assinatura dos Contratos de Garantia, a Emissora deverá efetuar, às suas expensas, (i) o protocolo para o registro dos Contratos de Garantia e seus anexos perante o Cartório de Registro de Títulos e Documentos localizado na Cidade do Rio de Janeiro (RJ), comprometendo-se a entregar ao Agente Fiduciário uma via original de cada documento, devidamente registrado no referido cartório, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data de assinatura dos

Handwritten signature and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page.

Contratos de Garantia; e (ii) a averbação do Contrato de Penhor de Ações no Livro de Registro de Ações Nominativas da Emissora, comprometendo-se a entregar ao Agente Fiduciário cópia autenticada do livro no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de assinatura dos Contratos de Garantia.

CLÁUSULA IV – CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto: (i) a prospecção de negócios; e (ii) a participação em outras sociedades como sócia ou acionista.

4.2. Destinação dos Recursos da Emissão

Os recursos desta Emissão deverão ser utilizados pela Emissora exclusivamente para pagamento parcial do preço de aquisição das ações de emissão da Supremo Cimentos S.A. ("Supremo") de titularidade da Emissora.

4.3. Número da Emissão

Esta Escritura de Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

4.4. Número de Séries

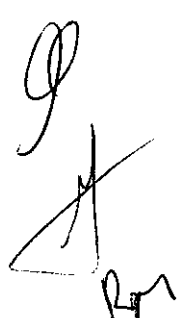
A Emissão será realizada em série única.

4.5. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$128.100.000,00 (cento e vinte e oito milhões e cem mil reais) ("**Valor Total da Emissão**").

4.6. Banco Mandatário e Agente Escriturador

O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 7º andar, Torre Eudoro Villela, CEP 04344-902 inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04, será o banco mandatário da Emissão ("**Banco Mandatário**"), bem como o agente escriturador da

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

Emissão, sendo responsável, ainda, pela custódia da Escritura de Emissão e dos demais documentos associados à Emissão ("**Agente Escriurador**").

4.7. **Colocação e Procedimento de Distribuição**

- 4.7.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), observados os termos e condições definidos no Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme, de Emissão da N.S.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. ("**Contrato de Distribuição**"), a ser celebrado entre a Emissora, BES Investimento do Brasil S.A. - Banco de Investimento, na qualidade de coordenador líder da Oferta Restrita ("**Coordenador Líder**"), Banco Caixa Geral Brasil S.A. e BB - Banco de Investimento S.A. (sendo o Coordenador Líder, em conjunto com Banco Caixa Geral Brasil S.A. e BB - Banco de Investimento S.A., "**Coordenadores**"), sob o regime de garantia firme para a totalidade das Debêntures.
- 4.7.2. O público alvo da Oferta Restrita serão investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 ("**Investidores Qualificados**").
- 4.7.3. No âmbito da Oferta Restrita, (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pelos Coordenadores; (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados; e (iii) os Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476, deverão subscrever Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).
- 4.7.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e nem perante a ANBIMA; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável.
- 4.7.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

- 4.7.6. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição previsto no Contrato de Distribuição.

CLÁUSULA V - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1. Características Básicas

- 5.1.1. Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário de cada uma das Debêntures é de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("**Valor Nominal Unitário**").
- 5.1.2. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 12.810 (doze mil e oitocentas e dez) Debêntures.
- 5.1.3. Série. A Emissão será realizada em uma única série.
- 5.1.4. Forma. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, nos termos do artigo 63, parágrafo 2º da Lei das Sociedades por Ações.
- 5.1.5. Comprovação de Titularidade. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriutor onde serão inscritos os nomes dos respectivos titulares das Debêntures ("**Debenturistas**"). Adicionalmente, a CETIP expedirá para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, extrato em nome dos titulares das Debêntures, o qual servirá como comprovante de titularidade.
- 5.1.6. Espécie. As Debêntures serão emitidas com garantia real representada pela cessão fiduciária dos Direitos Creditórios (conforme definido abaixo) e pelo penhor das ações de emissão da Emissora, nos termos dos Contratos de Garantia. As Debêntures serão ainda garantidas pela Livrança (conforme definido abaixo) a ser subscrita pela Garantidora.
- 5.1.7. Classe e Conversibilidade. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.
- 5.1.8. Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures será 26 de março de 2012 ("**Data de Emissão**").

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

5.1.9. Data de Vencimento. Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, previstas no item 6.1 abaixo, ocasião em que a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo Valor Nominal Unitário ou saldo remanescente acrescido dos Juros devidos (conforme definido no item 5.3 abaixo), o vencimento final das Debêntures ocorrerá em 26 de março de 2017 ("**Data de Vencimento**").

5.2. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

As Debêntures serão integralizadas no ato de subscrição à vista, em moeda corrente nacional, em uma única data ("**Data de Integralização**"). O preço de integralização de cada uma das Debêntures será equivalente ao Valor Nominal Unitário na Data de Integralização.

5.3. Remuneração das Debêntures

As Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios ("**Juros**"), definidos a seguir, pagos semestralmente em cada data de pagamento dos Juros, definida no Anexo I da presente Escritura de Emissão ("**Data de Pagamento dos Juros**"), nos seguintes termos:

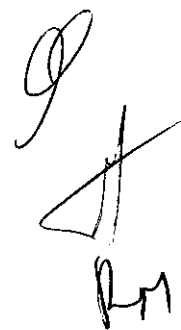
5.3.1. O Valor Nominal Unitário de cada Debênture não será atualizado.

5.3.2. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, incidentes sobre o seu Valor Nominal Unitário, a partir da Data de Integralização, equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra grupo", calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("**Taxa DI**"), acrescidos de uma sobretaxa de 4,00% (quatro por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa por dias úteis decorridos.

5.3.3. Os Juros serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

Onde:

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

J = Valor unitário dos juros flutuantes, acrescido de "Spread", calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

VNe = Valor Nominal de emissão da Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

FatorJuros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, se houver, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = \text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}$$

Onde:

FatorDI = Produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusiva, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{nDI} [1 + (\text{TDI}_k)]$$

Onde:

nDI = Número total de Taxas DI, sendo "nDI" um número inteiro;

TDIk = Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Onde:

"k" = 1, 2, ..., n, sendo "n" um número inteiro;

DIk = Taxa DI-Over divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais, válida por 1 (um) dia útil (overnight).

"FatorSpread" corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

Onde:

"spread" corresponde ao spread, ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais, equivalente a 4,0000;

"DP" corresponde ao número de dias úteis entre a Data de Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais períodos de capitalização, inclusive, e a data atual, exclusive, sendo "DP" um número inteiro;

5.3.4. Para fins de cálculo dos Juros:

- a) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
- b) fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k)]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento;
- c) efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k)]$, sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- d) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- e) considera-se o resultado da multiplicação do FatorDI pelo FatorSpread com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

5.3.5. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração dos Juros, na referida data, será aplicada a última Taxa DI aplicável divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

5.3.6. Na ausência da apuração ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis ou em caso de extinção da Taxa DI, será convocada, pelo Agente Fiduciário, Assembleia de Debenturistas, nos termos da Cláusula X abaixo, a ser realizada dentro do prazo legal e cujo edital de convocação deverá ser encaminhado para publicação em até 2 (dois) dias úteis contados da data que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento que der causa à referida convocação, para os Debenturistas deliberarem, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis dos Juros. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial dos Juros entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, o Quorum Qualificado (conforme definido abaixo), a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva Assembleia de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros devidos, utilizando, para tanto, a última Taxa DI divulgada, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização ou da última Data de Pagamento de Juros, o que ocorrer por último, sem qualquer Prêmio e independentemente se ocorrer durante o Período de Carência.

5.3.7. Farão jus aos Juros aqueles que forem titulares de Debêntures no final do dia útil anterior a cada Data de Pagamento dos Juros, ou na data em que ocorrer o Resgate Antecipado (conforme definido abaixo).

5.4. **Amortização Programada das Debêntures**

A amortização programada das Debêntures ("**Amortização Programada**") será realizada semestralmente, a partir Data de Emissão, sendo: (i) o primeiro pagamento no 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão; e (ii) as demais parcelas pagas conforme datas e valores constantes da tabela indicada no Anexo II à presente Escritura de Emissão (cada parcela, "**Parcela de Amortização Programada**").

5.5. **Amortização Extraordinária Obrigatória**

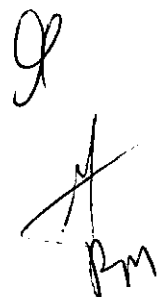
5.5.1. Serão realizadas amortizações extraordinárias obrigatórias das Debêntures, sem qualquer incidência do Prêmio (conforme abaixo definido) ou qualquer outra penalidade ou encargo, sempre que houver o recebimento pela Emissora de dividendos, juros sobre o capital próprio, redução de capital ou qualquer outra forma de participação nos resultados ("**Dividendos**") da Supremo, pagos à Emissora, na qualidade de acionista da Supremo. O montante a ser destinado ao

pagamento das amortizações extraordinárias obrigatórias será equivalente a 50% (cinquenta por cento) do total de Dividendos pagos pela Supremo à Emissora ("**Amortização Extraordinária Obrigatória**").

- 5.5.2. O pagamento do valor referente às Amortizações Extraordinárias Obrigatórias deverá ser realizado em até 2 (dois) dias úteis contados da confirmação, pelo Agente Fiduciário, do recebimento dos Dividendos.
- 5.5.3. Para todos os efeitos, a Amortização Extraordinária Obrigatória será realizada em valor correspondente a até 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou saldo remanescente das Debêntures. Caso o valor da Amortização Extraordinária Obrigatória seja superior ao percentual ora estabelecido, será realizado o resgate antecipado das Debêntures, nos mesmos termos e condições da Amortização Extraordinária Obrigatória.
- 5.5.4. A Companhia deverá utilizar todos os recebimentos de Dividendos da Supremo e tomar todas as devidas providências para que tais recursos sejam utilizados para a realização da(s) Amortização(s) Extraordinária(s) Obrigatória(s), bem como deverá comunicar a CETIP, em conjunto com o Agente Fiduciário, acerca de cada Amortização Extraordinária Obrigatória a ser realizada, nos termos dos itens 5.5.1 e 5.5.5 desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária.
- 5.5.5. A CETIP deverá ser comunicada através de correspondência enviada pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, acerca da realização da Amortização Extraordinária Obrigatória, com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência.
- 5.5.6. A Amortização Extraordinária Obrigatória será realizada mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário correspondente à parcela a ser amortizada, acrescida dos Juros, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou da última Data de Pagamento de Juros, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento da Amortização Extraordinária Obrigatória.

5.6. **Amortização Extraordinária Facultativa**

- 5.6.1. A partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão e semestralmente até a Data de Vencimento, as Debêntures poderão ser amortizadas antecipadamente pela Emissora, a seu exclusivo critério, no todo ou parcialmente, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário correspondente à parcela a ser amortizada, acrescida: (i) dos Juros, calculados *pro rata temporis*

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

desde a Data de Integralização ou da última Data de Pagamento de Juros, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento da Amortização Extraordinária Facultativa; e (ii) do Prêmio incidente sobre a parcela a ser amortizada extraordinariamente ("**Amortização Extraordinária Facultativa**").

- 5.6.2. Para todos os efeitos, a Amortização Extraordinária Facultativa será realizada em valor correspondente a até 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou saldo remanescente das Debêntures. Caso o valor da Amortização Extraordinária Facultativa seja superior ao percentual ora estabelecido, será realizado o resgate antecipado das Debêntures, nos mesmos termos e condições da Amortização Extraordinária Facultativa.
- 5.6.3. A Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário, nos termos do item 11.6 abaixo, com pelo menos 10 (dez) dias úteis de antecedência acerca da Amortização Extraordinária Facultativa.
- 5.6.4. Da notificação da Amortização Extraordinária Facultativa, deverá constar: (a) a data da Amortização Extraordinária Facultativa; e (b) o valor correspondente à parcela a ser amortizada.
- 5.6.5. A CETIP deverá ser comunicada através de correspondência enviada pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, acerca da realização da Amortização Extraordinária Facultativa, com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência.

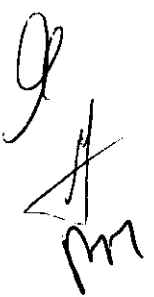
5.7. **Aquisição Facultativa**

A Emissora poderá, a qualquer tempo, respeitado o prazo da Instrução CVM 476, adquirir Debêntures em Circulação no mercado, nos termos da legislação vigente. As Debêntures objeto deste procedimento poderão: (i) ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora; (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado.

5.8. **Garantias**

5.8.1. O pagamento das Debêntures será garantido por:

- 5.8.1.1. penhor da totalidade das ações de emissão da Emissora, com exceção de uma (1) ação de titularidade de Antônio Carlos Rodrigues, até o integral cumprimento pela Emissora de todas as

Handwritten signature and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page.

obrigações para si decorrentes da Emissão nos termos do "Contrato de Penhor das Ações de Emissão da N.S.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A.", a ser celebrado entre a Emissora, a Garantidora e o Agente Fiduciário ("**Contrato de Penhor de Ações**");

5.8.1.2. cessão fiduciária dos direitos creditórios da Emissora sobre: (i) o correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos Dividendos pagos ou distribuídos pela Supremo e que vierem a ser pagos ou distribuídos pela Supremo, a que a Emissora fizer jus como acionista; e (ii) os recursos depositados na Conta Vinculada ("**Direitos Creditórios**"), nos termos do "Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia de Direitos Creditórios e de Direitos sobre Conta Bancária e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco Depositário ("**Contrato de Cessão Fiduciária**");

5.8.1.3. Instrumento Particular de Constituição de Obrigação de Capitalização e Outras Avenças, a ser celebrado entre a Garantidora, na qualidade de acionista da Emissora, e o Agente Fiduciário; e

5.8.1.4. Livrança em branco a ser subscrita pela Garantidora ("**Livrança**").

5.8.2. A Livrança compõe os Contratos de Garantia, em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Penhor de Ações ("**Contratos de Garantia**").

5.9. **Constituição e Movimentação da Conta Vinculada**

5.9.1. Conta Vinculada. A Emissora obriga-se a constituir e manter até a data do efetivo cumprimento de todas as obrigações descritas nesta Escritura de Emissão uma conta vinculada aberta junto ao Banco Mandatário ("**Conta Vinculada**"), cujos direitos e disponibilidades serão cedidos fiduciariamente em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária. Os recursos advindos dos Direitos Creditórios cedidos em garantia serão depositados na Conta Vinculada, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

5.9.2. A Conta Vinculada será movimentada, única e exclusivamente, pelo Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

5.10. **Condições de Pagamento**

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados conforme disposto nos itens a seguir.

5.10.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora conforme os procedimentos adotados pela CETIP. As Debêntures que, a critério do Debenturista, não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados pela instituição depositária das Debêntures ou na sede da Emissora, se for o caso.

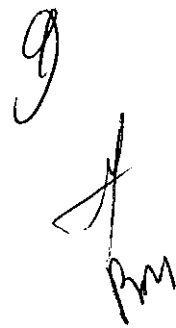
5.10.2. Todo vencimento dos pagamentos que ocorra em sábados, domingos e feriados nacionais, inclusive bancários nas Cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, será, para todos os fins e efeitos desta Escritura de Emissão, prorrogado para o dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até tal primeiro dia útil subsequente, e se iniciando, a partir do dia útil imediatamente posterior, o período seguinte regular de apuração e cálculo dos pagamentos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data do pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

5.10.3. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida pela Emissora aos Debenturistas, os montantes em atraso, independentemente da incidência dos Juros, ficarão sujeitos a: (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

5.10.4. Caso os Debenturistas gozem de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, estes deverão encaminhar ao Agente Escriurador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

5.11. **Repactuação**

As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas à repactuação programada.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

5.12. **Resgate Antecipado Compulsório**

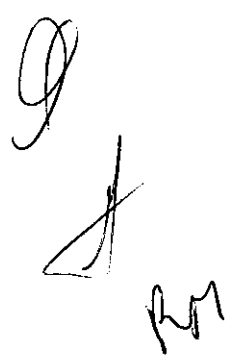
5.12.1. A totalidade das Debêntures em Circulação deverá ser resgatada pela Emissora, de forma compulsória e antecipada, no todo, observadas as condições estabelecidas neste item.

5.12.2. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, notificar o Agente Fiduciário, nos termos do item 11.6 abaixo, com pelo menos 15 (quinze) dias úteis de antecedência, para que este convoque uma Assembleia de Debenturistas (conforme definido abaixo) para a deliberação sobre a aprovação prévia ou não dos Debenturistas relativamente às seguintes matérias sujeitas ao Vencimento Antecipado (conforme definido abaixo) das Debêntures:

- a) transferência, direta ou indireta, do controle acionário da Emissora a sociedade afiliada da Garantidora;
- b) alienação, pela Emissora, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, a sociedade afiliada da Garantidora, da participação acionária detida na Supremo correspondente a 35% (trinta e cinco por cento) do capital social da Supremo; ou
- c) transferência de controle acionário de forma que a Garantidora passe a deter, no somatório de suas participações acionárias diretas e indiretas, um percentual inferior a 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação, representativa do capital votante, de emissão da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento S.A.

5.12.3. Observado o disposto no item 6.2 abaixo, ocorrendo: (i) a não instalação de Assembleia de Debenturistas, em segunda convocação, relativamente às matérias previstas nas alíneas (a) ou (b) do item 5.12.2 acima; ou (ii) a não instalação de Assembleia de Debenturistas, em primeira e única convocação, relativamente à matéria prevista na alínea (c) do item 5.12.2 acima; ou ainda (iii) a não aprovação das matérias mencionadas no item 5.12.2 acima, submetidas para deliberação dos Debenturistas, e na hipótese de os eventos previstos nas alíneas b), i) ou l) do item 6.1.1 abaixo serem realizados, a Emissora deverá realizar o resgate antecipado compulsório das Debêntures, nos termos a seguir ("**Resgate Antecipado Compulsório**").

5.12.4. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Compulsório será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, acrescido: (i) dos Juros, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou da última Data de Pagamento de Juros, o que ocorrer por último,



até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Compulsório; e (ii) do Prêmio.

5.12.5.A CETIP deverá ser comunicada através de correspondência enviada pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, acerca da realização do Resgate Antecipado Compulsório, com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência.

5.13. **Resgate Antecipado Parcial**

As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas à resgate antecipado parcial.

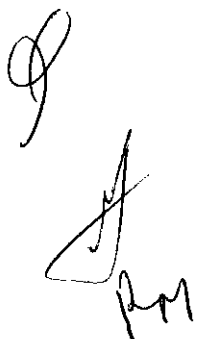
5.14. **Prêmio**

5.14.1. Na hipótese de Amortização Extraordinária Facultativa, os Debenturistas farão jus aos prêmios correspondentes aos valores a seguir, incidentes sobre a parcela a ser amortizada, na respectiva data ("**Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa**"):

Data da Amortização Extraordinária Facultativa	Prêmio
no período igual ou maior que 24 (vinte e quatro) e menor que 36 (trinta e seis) meses da Data de Integralização	1.00%
no período igual ou maior que 36 (trinta e seis) e menor que 48 (quarenta e oito) meses da Data de Integralização	0.75%
no período igual ou maior que 48 (quarenta e oito) e menor que 60 (sessenta) meses da Data de Integralização	0.40%

5.14.2. Na hipótese de Resgate Antecipado Compulsório, os Debenturistas farão jus aos prêmios correspondentes aos valores a seguir, incidentes sobre a parcela a ser resgatada, na respectiva data ("**Prêmio de Resgate Antecipado Compulsório**"):

Data de Resgate Antecipado Compulsório	Prêmio
no período igual ou maior que a Data de Integralização e menor que 12 (doze) meses da Data de Integralização	2.50%

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the page.

no período igual ou maior que 12 (doze) e menor que 24 (vinte e quatro) meses da Data de Integralização	2.00%
no período igual ou maior que 24 (vinte e quatro) e menor que 36 (trinta e seis) meses da Data de Integralização	1.00%
no período igual ou maior que 36 (trinta e seis) e menor que 48 (quarenta e oito) meses da Data de Integralização	0.75%
no período igual ou maior que 48 (quarenta e oito) e menor que 60 (sessenta) meses da Data de Integralização	0.40%

CLÁUSULA VI - VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Vencimento Antecipado

6.1.1. Sujeito ao disposto nos demais itens desta Cláusula e independentemente do envio de comunicação à Emissora neste sentido, a ocorrência de quaisquer das situações abaixo descritas, constituirá o inadimplemento de obrigações da Emissora nesta Escritura de Emissão ("**Evento de Inadimplemento**"). Permanecendo o inadimplemento após os respectivos prazos de cura, se aplicável, consubstanciará hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures e a imediata exigibilidade de seu resgate pela Emissora, com o correspondente pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros devidos desde a Data de Integralização ou da última Data de Pagamento dos Juros, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculados *pro rata temporis*, e demais encargos previstos no item 5.10.3 acima, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- a) transferência, direta ou indireta, do controle acionário da Emissora a terceiro não afiliado da Garantidora;
- b) transferência, direta ou indireta, do controle acionário da Emissora a sociedade afiliada da Garantidora, (i) sem aprovação dos Debenturistas nos termos do item 6.2 abaixo e sem a realização de Resgate Antecipado Compulsório nos termos do item 5.12 acima, ou (ii) sem que a matéria seja submetida pela Emissora à deliberação dos Debenturistas nos termos do item 6.2 abaixo;

Handwritten signature and initials, possibly 'J' and 'RM', located at the bottom right of the page.

- c) (i) decretação de falência da Emissora ou da Garantidora; (ii) pedido de autofalência pela Emissora ou da Garantidora; (iii) pedido de falência da Emissora ou da Garantidora formulado por terceiros e não elidido ou contestado no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora ou da Garantidora, ou eventos análogos, tais como, intervenção ou liquidação extrajudicial; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora ou da Garantidora;
- d) inadimplemento, pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relativa aos Juros, Amortizações, Amortizações Extraordinárias Obrigatórias ou Resgate Antecipado, nos termos desta Escritura de Emissão, nas respectivas datas de pagamento, e não sanado dentro do prazo de 3 (três) dias úteis;
- e) caso provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas quaisquer declarações a serem prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia, exceto em relação a violações que não possam ter ou resultar em um efeito material adverso na capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia;
- f) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- g) descumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas na Instrução CVM 476 e demais disposições legais e normativas aplicáveis à Oferta Restrita e não sanado dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- h) protesto legítimo de títulos ou pedidos reiterados de falência contra: (i) a Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais); ou (ii) contra a Garantidora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior ao equivalente a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido da Garantidora; salvo se o protesto ou o pedido de falência tiver sido efetuado por erro ou má fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora ou Garantidora, conforme o caso, ou se for sustado ou validamente contestado em juízo, respectivamente, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data do respectivo protesto ou pedido de falência;
- i) caso a Garantidora passe a deter, no somatório de suas participações acionárias diretas e indiretas, um percentual inferior a 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação, representativo do capital votante, de emissão da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento S.A., (i) sem aprovação dos Debenturistas nos termos do



item 6.2 abaixo e sem a realização do Resgate Antecipado Compulsório, nos termos do item 5.12 acima, ou (ii) sem que a matéria seja submetida pela Emissora à deliberação dos Debenturistas nos termos do item 6.2 abaixo;

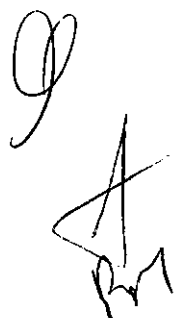
- j) caso a Garantidora passe a deter, no somatório de suas participações acionárias diretas e indiretas, um percentual inferior a 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação, representativo do capital votante, de emissão da Portucel – Empresa Produtora de Pasta e Papel S.A.;
- k) caso a Emissora venha alienar, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, a terceiro, a participação acionária detida na Supremo correspondente a 35% (trinta e cinco por cento) do capital social da Supremo;
- l) caso a Emissora venha a alienar, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, a sociedade afiliada da Garantidora a participação acionária detida na Supremo correspondente a 35% (trinta e cinco por cento) do capital social da Supremo, (i) sem aprovação dos Debenturistas nos termos do item 6.2 abaixo e sem a realização do Resgate Antecipado Compulsório nos termos do item 5.12 acima, ou (ii) sem que a matéria seja submetida pela Emissora à deliberação dos Debenturistas nos termos do item 6.2 abaixo;
- m) fusão, cisão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora;
- n) fusão, cisão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária da Garantidora que possa ter ou resultar em um efeito material adverso na capacidade da Garantidora de cumprir suas obrigações no âmbito da Emissão;
- o) pagamento de dividendos, exceto os obrigatórios por lei, ou juros sobre capital próprio da Emissora, ou ainda pagamento de dívidas da Emissora na modalidade de mútuo subordinado, caso a Emissora esteja inadimplente com qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia;
- p) pagamento de dividendos pela Garantidora, exceto os obrigatórios por lei, caso a Garantidora esteja inadimplente com qualquer obrigação pecuniária prevista no Contrato de Penhor de Ações ou na Livrança, salvo se tal inadimplemento não for sanado dentro do prazo de cura previsto no respectivo instrumento para reversão do referido inadimplemento;



- q) inadimplemento, pela Emissora ou pela Garantidora, de toda e qualquer obrigação não pecuniária decorrente desta Escritura de Emissão ou dos Contratos de Garantia, não sanado dentro dos prazos de cura específicos atribuídos nos respectivos documentos, em não havendo prazo de cura específico, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário ou da data em que tomar ciência da ocorrência de um evento de inadimplemento, o que for menor;
- r) não manutenção, pela Garantidora, dos índices financeiros apurados anualmente, sempre quando da divulgação das demonstrações financeiras anuais consolidadas da Garantidora, nos termos do item 7.2.1 abaixo ("**Índices Financeiros**");
- s) vencimento antecipado de qualquer dívida junto a instituições financeiras ou relacionada ao mercado de capitais: (i) da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais); ou (ii) da Garantidora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior ao equivalente a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido da Garantidora, em razão de inadimplemento contratual, salvo se, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data de sua ocorrência, for comprovado, pela Emissora ou pela Garantidora, conforme o caso, que referido vencimento antecipado ocorreu indevidamente ou foi sanado pela Emissora ou pela Garantidora, conforme o caso, dentro do prazo de cura porventura existente, ou foram suspensos os efeitos de vencimento antecipado por meio de medida judicial cabível;
- t) realização de qualquer redução de capital social da Emissora;
- u) realização de qualquer redução de capital social da Garantidora que possa ter ou resultar em um efeito material adverso na capacidade da Garantidora de cumprir suas respectivas obrigações no âmbito da Emissão;
- v) não comprovação da aplicação dos recursos oriundos das Debêntures na finalidade descrita no item 4.2 acima;
- w) constituição de Ônus (conforme definido abaixo) sobre os bens ou ativos da Emissora ou da Garantidora, conforme o caso, em termos e condições não consoantes com as obrigações de não fazer estabelecidas na alínea ee) do item 7.1.1 e no item 7.2.2 abaixo;
- x) alteração do objeto social da Emissora, conforme disposto em seu estatuto social, que altere substancialmente as atividades atualmente praticadas pela Emissora; e



- y) constituição de penhor, caução, alienação ou cessão fiduciária, usufruto ou qualquer outro ônus, gravame, vinculação, oneração ou direito de garantia equivalente ("Ônus") sobre: (i) as ações de emissão da Emissora; ou (ii) os Direitos Creditórios, exceto pelo Ônus decorrente do Contrato de Penhor de Ações e do Contrato de Cessão Fiduciária, respectivamente.
- 6.1.2. Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplementos indicados nas alíneas (a), (b), (c), (d), (e), (f), (g), (h), (i), (j), (k), (l), (m), (n), (o), (p), (s), (t), (u), (w) e (y) do item 6.1.1 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, pelo Agente Fiduciário nesse sentido.
- 6.1.3. Nos termos do item 6.2 abaixo, a Emissora poderá, mediante notificação ao Agente Fiduciário, nos termos do item 11.6 abaixo, solicitar a aprovação prévia dos Debenturistas para a realização dos eventos listados nas alíneas (b), (i), e (l) do item 6.1.1 acima.
- 6.1.4. Caso a Emissora: (i) não submeta a matéria para deliberação dos Debenturistas nos termos do item 6.2 abaixo; e (ii) realize quaisquer dos eventos previstos nas alíneas (b), (i), e (l) do item 6.1.1 acima, a realização de tais eventos acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, pelo Agente Fiduciário nesse sentido.
- 6.1.5. Caso a Emissora: (i) submeta a matéria para deliberação dos Debenturistas nos termos do item 6.2 abaixo; (ii) não obtenha a aprovação dos Debenturistas nos termos do item 6.2 abaixo; e (iii) realize quaisquer dos eventos previstos nas alíneas (b), (i), e (l) do item 6.1.1 acima, o vencimento antecipado das Debêntures, relativamente a tais eventos, poderá ser declarado se a Emissora não realizar o pagamento decorrente do Resgate Antecipado Compulsório nos termos do item 5.12 acima.
- 6.1.6. Ocorrendo quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento, observados os prazos de cura previstos nas respectivas alíneas do item 6.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá, em até 2 (dois) dias úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência do referido Evento de Inadimplemento: (i) convocar Assembleia de Debenturistas para deliberar sobre a declaração ou não do vencimento antecipado das Debêntures; e (ii) comunicar a Emissora a respeito do referido Evento de Inadimplemento.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

- 6.1.7. A Assembleia de Debenturistas deverá ser realizada no prazo mínimo previsto em lei e caso esta não venha a se realizar, ou caso a Assembleia de Debenturistas se realize e não haja, respeitada a forma de convocação, no mínimo, o Quorum Qualificado (conforme definido abaixo) para deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures e notificar a Emissora ("**Notificação de Vencimento Antecipado**") a fim de exigir o pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, acrescido dos Juros devidos e não pagos aos Debenturistas desde a Data de Integralização, ou da última Data de Pagamento de Juros, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido dos Juros e dos demais encargos previstos no item 5.10.3 acima ("**Saldo na Data do Vencimento Antecipado**").
- 6.1.8. Se, na referida Assembleia de Debenturistas, Debenturistas, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação ("**Quorum Qualificado**"), decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures. Caso contrário, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures ("**Vencimento Antecipado**").
- 6.1.9. O Agente Fiduciário deverá, em até 2 (dois) dias úteis contados da realização da referida Assembleia de Debenturistas, enviar a Notificação de Vencimento Antecipado à Emissora, comunicando a Emissora da referida decisão, mediante carta protocolada. A partir da data em que a Emissora receber a referida comunicação, a Emissora terá 5 (cinco) dias úteis para pagar o Saldo na Data do Vencimento Antecipado.
- 6.2. **Aprovações Prévias dos Debenturistas**
- 6.2.1. Nos termos do item 5.12.2 acima, a Emissora poderá, mediante notificação ao Agente Fiduciário, nos termos do item 11.6 abaixo, solicitar aos Debenturistas a aprovação prévia para a realização dos eventos previstos nas alíneas b), i) ou l) do item 6.1.1 acima.
- 6.2.2. Relativamente aos eventos previstos nas alíneas b) ou l) do item 6.1.1 acima, a Assembleia de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, o Quorum Qualificado e, em segunda convocação, com qualquer número. Qualquer aprovação para realização dos referidos eventos deverá ser deliberada, em primeira ou segunda convocação, conforme o caso, por Debenturistas que representem, no mínimo, a

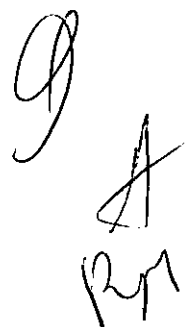
Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

maioria simples (50% (cinquenta por cento) mais um) dos Debenturistas presentes.

- 6.2.3. Relativamente ao evento previsto na alínea i) do item 6.1.1 acima, a Assembleia de Debenturistas instalar-se-á somente em primeira convocação com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, o Quorum Qualificado. Qualquer aprovação para realização do referido evento deverá ser deliberada por Debenturistas que representem, no mínimo, o Quorum Qualificado.
- 6.2.4. Em caso de: (i) não instalação da Assembleia de Debenturistas, em segunda convocação, nos termos do item 6.2.2 acima; ou (ii) não instalação da Assembleia de Debenturistas, nos termos do item 6.2.3 acima; ou ainda (iii) não aprovação de quaisquer matérias submetidas para deliberação dos Debenturistas nas Assembleias de Debenturistas previstas nos itens 6.2.2 e 6.2.3 acima, conforme o caso, e na hipótese de os eventos previstos nas alíneas b), i) ou l) do item 6.1.1 acima serem realizados, o Agente Fiduciário deverá, em até 2 (dois) dias úteis contados da realização da referida Assembleia de Debenturistas, notificar a Emissora para que esta realize, em até 3 (três) dias úteis, o Resgate Antecipado Compulsório nos termos do item 5.12 acima.
- 6.2.5. A Emissora ou a Garantidora, conforme o caso, poderá deixar de realizar os eventos previstos nas alíneas b), i) ou l) do item 6.1.1 acima, caso não haja a aprovação prévia dos Debenturistas nos termos deste item 6.2 acima, o que não resultará no vencimento antecipado das Debêntures.
- 6.2.6. Caso: (i) os eventos previstos nas alíneas b), i) ou l) do item 6.1.1 acima sejam realizados; e (ii) a Emissora não realize o Resgate Antecipado Compulsório, nos termos da presente Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá, automaticamente e independentemente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures, nos termos do item 6.1.9 acima.
- 6.2.7. Caso os Debenturistas aprovem as matérias previstas nas alíneas b), i) ou l) do item 6.1.1 acima, conforme o caso, e nos termos desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário não deverá considerar tais eventos e não declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

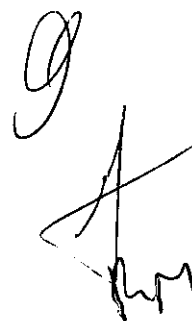
CLÁUSULA VII - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

7.1. Obrigações Adicionais da Emissora

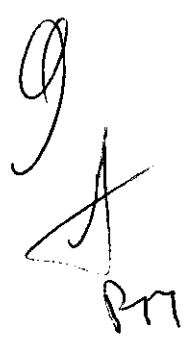
Handwritten signatures and initials in black ink, including a large stylized 'G' and 'A' and the initials 'Rm'.

7.1.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, até o integral pagamento das Debêntures, a Emissora obriga-se a cumprir, conforme aplicável, as disposições abaixo:

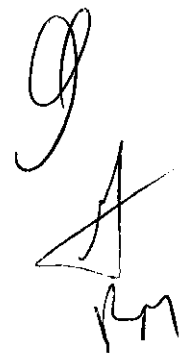
- a) fornecer ao Agente Fiduciário, o qual deverá encaminhar aos Debenturistas, se aplicável, em até 10 (dez) dias úteis contados de seu recebimento: (i) qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada de forma razoável pelo Agente Fiduciário; (ii) informações a respeito da ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nas alíneas do item 6.1.1 acima, assim que a mesma tome ciência de sua ocorrência; e (iii) informações sobre eventual futura distribuição de Dividendos pela Supremo, a que a Emissora fizer jus como acionista;
- b) apresentar ao Debenturista, em até 30 (trinta) dias contados da data da solicitação escrita neste sentido, documentos de prestações de contas, instruídos com a documentação comprobatória, relacionados à presente Escritura de Emissão;
- c) apresentar ao Agente Fiduciário: (i) dentro de no máximo 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras da Emissora, completas e devidamente auditadas por empresa de auditoria cadastrada na CVM, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes; e (ii) até 16 de maio de cada ano, o relatório consolidado da Garantidora de memória de cálculo dos Índices Financeiros, a ser elaborado por auditores independentes e devidamente habilitados perante as leis de Portugal, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos referidos Índices Financeiros, acompanhado de declaração assinada por representantes legais da Emissora e da Garantidora, atestando sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade;
- d) apresentar ao Agente Fiduciário, sempre que solicitado de forma razoável, cópias de todas as atas das assembleias gerais de acionistas;
- e) fornecer em tempo hábil todas as informações, corretas, completas e necessárias, nos termos desta Escritura de Emissão e demais legislação aplicável;
- f) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;



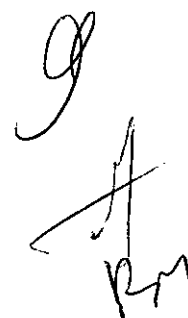
- g) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial na situação financeira da Emissora que possa ter ou resultar em um efeito material adverso na capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, das Debêntures e dos Contratos de Garantia, fato este que deverá ser comunicado em até 1 (um) dia útil aos Debenturistas, pelo Agente Fiduciário;
- h) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- i) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 6.1.1 acima;
- j) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, quais sejam, o Agente Fiduciário, o Agente Escriturador, o Banco Mandatário, o Banco Depositário, a CETIP e auditores independentes;
- k) cumprir, em todos os aspectos substanciais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto em relação a violações que não possam ter ou resultar em um efeito material adverso na capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, das Debêntures e dos Contratos de Garantia;
- l) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes da Emissora para a boa condução de seus negócios, exceto em relação a violações que não possam ter ou resultar em um efeito material adverso na capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, das Debêntures e dos Contratos de Garantia;
- m) não praticar ato em violação ao seu estatuto social, a esta Escritura de Emissão ou aos Contratos de Garantia;
- n) manter, conservar e preservar, em boa ordem e condições de funcionamento, todos os bens substanciais e necessários para a devida condução dos negócios da Emissora;
- o) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe modificação da utilização dos recursos, conforme previsto no item 4.2 acima;

Handwritten signature and initials, possibly 'G A' and 'PM', in the bottom right corner.

- p) não efetuar alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme conduzidos nesta data, que possa ter ou resultar em um efeito material adverso na capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, das Debêntures e dos Contratos de Garantia;
- q) manter-se em dia com o pagamento de todas as obrigações relativas a Tributos, bem como aquelas de origem trabalhista, previdenciária, inclusive o recolhimento das contribuições devidas ao Fundo de Participação PIS/PASEP, ao FGTS, e o pagamento da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, comprovando aos Debenturistas por meio de documento hábil, sempre que exigido de forma razoável, o cumprimento destas obrigações e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, salvo aquelas contestadas em boa-fé;
- r) não distribuir recursos aos acionistas da Emissora acima do mínimo legal ou contido no estatuto social da Emissora, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, redução de capital ou qualquer outra forma de participação nos resultados, ou ainda não realizar pagamento de dívidas da Emissora na modalidade de mútuo subordinado, caso a Emissora esteja inadimplente com qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão;
- s) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- t) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
- u) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- v) manter os documentos mencionados na alínea u) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- w) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Instrução CVM 358**"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

- x) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder;
 - y) fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
 - z) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência desta Escritura de Emissão e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, no que for aplicável;
 - aa) notificar em até 1 (um) dia útil o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, caso quaisquer das declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas;
 - bb) utilizar os Recursos da Emissão na forma e nos termos previstos nesta Escritura de Emissão e nos termos da lei;
 - cc) utilizar o equivalente a 50% (cinquenta por cento) do total de Dividendos da Supremo para a Amortização Extraordinária Obrigatória, nos termos do item 5.5.1 acima;
 - dd) manter o tratamento *pari passu* de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão com as demais obrigações pecuniárias existentes e futuras não garantidas da Emissora, sem prejuízo dos privilégios que resultem da lei; e
 - ee) não constituir Ônus sobre os bens que constam ou venham a constar do seu ativo, presente ou futuro, salvo no caso de: (i) o Ônus ser em valor, individual ou agregado, inferior a 25% (vinte e cinco por cento) de seu ativo total; (ii) o Ônus ser constituído sobre as ações de emissão da Supremo, que a Emissora detiver ou vier a deter, exclusivamente como garantia ao financiamento de projeto de construção, implantação e expansão de nova fábrica da Supremo; ou (iii) o Ônus ser constituído sobre ativos da Emissora que venham a ser financiados por agências de fomento ou bancos comerciais para financiamento de veículos ou aquisição de equipamentos com repasse de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.
- 7.1.2. O descumprimento, pela Emissora, de apresentar ao Agente Fiduciário o relatório previsto na alínea c) (ii) do item 7.1.1 acima implicará na impossibilidade de

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

verificação e conferência pelo Agente Fiduciário dos Índices Financeiros, podendo este solicitar à Emissora ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

- 7.1.3. O descumprimento, pela Emissora, de informar qualquer evento previsto na alínea i) do item 7.1.1 acima, e não sanado dentro do prazo de cura previsto nesta Escritura de Emissão, não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu exclusivo critério, exercer seus direitos, faculdades, pretensões e poderes previstos na presente Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, inclusive o direito de declarar o Vencimento Antecipado, nos termos desta Escritura de Emissão.

7.2. **Obrigações Especiais da Emissora**

- 7.2.1. A Emissora obriga-se ainda, até o integral pagamento das Debêntures, a fazer cumprir e contribuir para que Garantidora mantenha, até o integral pagamento das Debêntures, os seguintes Índices Financeiros:

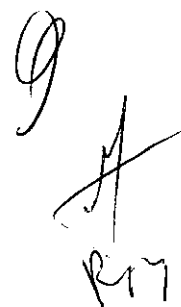
(i) Indicador Dívida Líquida / EBITDA consolidado da Garantidora:

Durante o período em que houver Debêntures em Circulação:

Exercício Social	Limite Máximo Permitido
2012	5,00x
2013	4,75x
2014	4,50x
2015	4,50x
2016	4,50x
2017	4,50x

Caso ocorra a aquisição pela Garantidora das ações da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento S.A., detidas na data de assinatura da presente pela CRH Plc:

Exercício Social	Limite Máximo Permitido
2012	5,00x
2013	5,00x
2014	4,75x
2015	4,50x
2016	4,50x



2017	4,50x
------	-------

onde:

"Indicador Dívida Líquida": corresponde à dívida remunerada não corrente (líquida de encargos com emissão de empréstimos) mais a dívida remunerada corrente (incluindo dívida a acionistas) menos o caixa e seus equivalentes menos o valor de mercado das ações próprias da Garantidora e da Portucel – Empresa Produtora de Pasta e Papel S.A. e outros títulos em carteira (ativos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos disponíveis para venda);

"EBITDA consolidado da Garantidora": corresponde ao resultado operacional mais as amortizações e perdas por imparidade mais provisões (reforços e reversões);

(ii) ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (EBITDA Consolidado da Garantidora / Despesa Financeira Líquida Consolidada da Garantidora):

Exercício Social	Limite Mínimo Permitido
2012	4,00x
2013	2,50x
2014	2,50x
2015	2,50x
2016	2,50x
2017	2,50x

onde:

"EBITDA consolidado da Garantidora": corresponde ao resultado operacional mais as amortizações e perdas por imparidade mais provisões (reforços e reversões);

"Despesa Financeira Líquida Consolidada da Garantidora": corresponde aos juros de dívida remunerada corrente e não corrente (excluindo a remuneração de dívida a acionistas) mais outros custos e perdas financeiros (encargos financeiros com a contratação de dívida remunerada) menos juros de aplicações financeiras e outras remunerações fixas ou determináveis menos os dividendos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

7.2.1.1. A Emissora compromete-se a entregar ao Agente Fiduciário até 16 de maio de cada ano o balanço consolidado da Garantidora, para fins de apuração dos Índices Financeiros. Não obstante o prazo de cura para sanar obrigações não pecuniárias da Emissora previsto na alínea q) do

item 6.1.1 acima, a Emissora poderá sanar a entrega do referido balanço consolidado no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após 16 de maio de cada ano.

7.2.1.2. Para efeitos de apuração dos Índices Financeiros, o exercício social deverá ser interpretado como o período compreendido entre o dia 1º de janeiro e o dia 31 de dezembro do respectivo ano.

7.2.2. A Emissora obriga-se ainda, até o integral pagamento das Debêntures, a fazer cumprir e contribuir para que Garantidora não constitua Ônus sobre os bens que constam ou venham a constar do seu ativo, presente ou futuro, salvo no caso de: (i) o Ônus ser em valor, individual ou agregado, inferior a 25% (vinte e cinco por cento) de seu ativo total; (ii) o Ônus ser existente na data de assinatura da presente Escritura de Emissão; (iii) o Ônus ser constituído com o consentimento prévio de Debenturistas representantes de, no mínimo, o Quorum Qualificado; ou (iv) o Ônus ser constituído sobre bens do ativo da Garantidora adquiridos ou em benefício da Garantidora, desde que a referida aquisição não se configure como mera substituição de ativos e desde que o Ônus seja constituído para pagamento do respectivo preço ou do crédito concedido para o efeito.

7.2.2.2. Para os efeitos de que trata o sub-item (iv) do item 7.2.2 acima, não constitui mera substituição de ativos o investimento nos bens do ativo imobilizado que se encontrem obsoletos ou deteriorados.

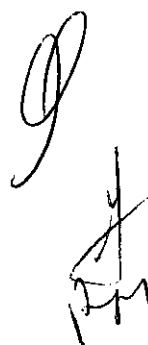
CLÁUSULA VIII DECLARAÇÕES E GARANTIAS

A Emissora, neste ato, declara e garante que:

- a) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital fechado de acordo com as leis brasileiras;
- b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias (inclusive perante os órgãos estaduais e federais competentes) à celebração desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia, bem como à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- c) esta Escritura de Emissão e cada um dos documentos relacionados à Emissão, inclusive os Contratos de Garantia, constituem obrigação legal, válida, vinculante e

exigível da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral, e tais obrigações não se encontram subordinadas, em eventos de falência, a qualquer outra dívida da Emissora, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;

- d) a celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia e a Emissão das Debêntures foram devidamente autorizados pelos seus órgãos societários competentes e não infringem: (i) seu estatuto social; ou (ii) qualquer lei ou qualquer restrição contratual que a vincule ou afete;
- e) a celebração desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e a Emissão das Debêntures não infringem qualquer: (i) disposição legal, ordem, sentença ou decisão administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou qualquer de seus bens ou propriedades; (ii) contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte; ou (iii) obrigação anteriormente assumida pela Emissora, nem irão resultar em (I) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (II) rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- f) não omitiu ou omitirá nenhum fato substancial, que seja de seu conhecimento e que possa ter ou resultar em um efeito material adverso na capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, das Debêntures e dos Contratos de Garantia;
- g) seus balanços patrimoniais e as correspondentes demonstrações de resultado, cujas cópias foram fornecidas ao Agente Fiduciário, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora referentes aos períodos encerrados em tais datas;
- h) as informações financeiras da Emissora foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e, desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso substancial na situação financeira e nos resultados operacionais em questão;
- i) encontra-se adimplente no cumprimento de todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais, exceto em relação a violações que não possam ter ou resultar em um efeito material adverso na capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

decorrentes desta Escritura de Emissão, das Debêntures e dos Contratos de Garantia;

- j) a Emissora não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares; e
- k) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia.

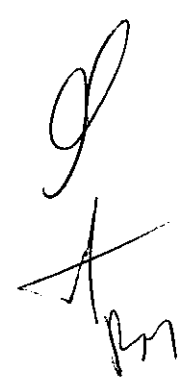
CLÁUSULA IX - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Do Agente Fiduciário

A Emissora neste ato constitui e nomeia Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como Agente Fiduciário desta Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar os Debenturistas perante a Emissora.

9.2. Substituição

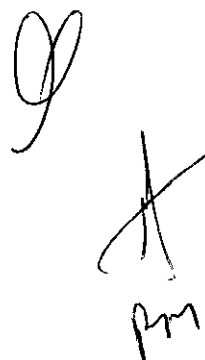
- 9.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, os Debenturistas apresentarão à Emissora uma lista tríplice para que a Emissora escolha o novo Agente Fiduciário.
- 9.2.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, inclusive no caso da alínea b) do item 9.3.1 abaixo, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.
- 9.2.3. É facultado aos Debenturistas, a qualquer tempo, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em condições de mercado, escolhido pela Emissora a partir de lista tríplice apresentada pelos Debenturistas.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

- 9.2.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na Junta Comercial competente onde será inscrita esta Escritura de Emissão.
- 9.2.5. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações sob esta Escritura de Emissão e a legislação em vigor.
- 9.2.6. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá devolver à Emissora, se for o caso, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição. O valor a ser pago ao agente fiduciário substituto, na hipótese aqui descrita, será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IGP-M.
- 9.2.7. O Agente Fiduciário, se substituído nos termos deste item 9.2, sem qualquer custo adicional para a Emissora ou para os Debenturistas, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 10 (dez) dias úteis antes de sua efetiva substituição, cópia de toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura de Emissão.
- 9.2.8. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos nas normas e preceitos da CVM e eventuais normas posteriores aplicáveis.

9.3. **Deveres**

- 9.3.1. Além de outros previstos em lei ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

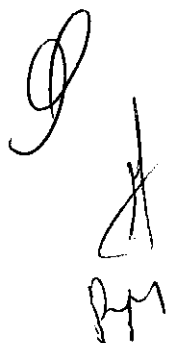
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- d) promover, nos competentes órgãos, às expensas da Emissora, caso essa não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- e) acompanhar anualmente a manutenção dos Índices Financeiro previstos no item 7.2.1 acima e a ocorrência dos eventos previstos na alínea r) do item 6.1.1 acima e informar os Debenturistas sobre qualquer descumprimento dos referidos Índices Financeiros ou da ocorrência de qualquer do referido evento;
- f) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- g) acompanhar, em conjunto com a Emissora, o cálculo e a apuração dos Juros e das Parcelas de Amortização Programada, nos termos desta Escritura de Emissão;
- h) movimentar a Conta Vinculada, nos termos desta Escritura de Emissão e demais documentos da operação;
- i) acompanhar os Índices Financeiros e limites previstos nesta Escritura de Emissão, assim como as taxas devidas aos Debenturistas, conforme previstas nesta Escritura de Emissão;
- j) disponibilizar o Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, e divulgá-lo aos Debenturistas e participantes do mercado em sua página na rede mundial de computadores ou sempre que solicitado;
- k) verificar a regularidade da constituição das garantias reais, bem como valor dos bens e direitos dados em garantia observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- l) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções ou se assim solicitado pelos Debenturistas, certidões atualizadas dos distribuidores

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

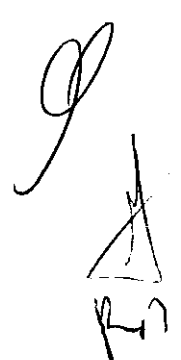
cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;

m) elaborar e encaminhar aos Debenturistas relatório anual destinado ao mesmo, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, bem como o organograma societário da Emissora, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM (exceto pelas demonstrações financeiras previstas na alínea c) no item 7.1.1 acima, que deverão ser encaminhadas no prazo ali especificado):

- (i) eventual omissão ou inveracidade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
- (iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
- (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (v) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures, realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, inclusive quanto à manutenção dos Índices Financeiros previstos desta Escritura de Emissão;

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

- (viii) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures;
 - (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - (x) pagamentos dos Juros realizados no período.
- n) enviar aos Debenturistas o relatório de que trata a alínea m) deste item, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, bem como disponibilizá-lo, no mesmo prazo, ao menos nos seguintes locais: na sede da Emissora; na sede do Agente Fiduciário, na CETIP e na sede do Coordenador Líder;
- o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer à Emissora;
- p) comunicar a Emissora acerca da declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures;
- q) consultar os Debenturistas previamente à tomada de qualquer decisão relacionada aos Contratos de Garantia;
- r) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos, de que tenha conhecimento;
- s) convocar, quando necessário, Assembleia de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 3.1 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão;
- t) comparecer à Assembleia de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- u) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Agente Escriturador e à CETIP;
- v) notificar os Debenturistas, no prazo máximo 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer inadimplemento pela Emissora de

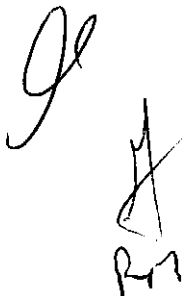
Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos;

- w) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões, falsidades, incorreções ou inexatidões constantes de tais informações;
 - x) encaminhar, aos Debenturistas, cópia das demonstrações financeiras da Emissora, acompanhadas do relatório da administração, em até 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, pelo Agente Fiduciário; e
 - y) informar à Emissora, com 4 (quatro) dias de antecedência de cada Data de Pagamento da Parcela de Amortização Programada e de cada Data de Pagamento dos Juros, os valores correspondentes à respectiva Parcela de Amortização Programada e aos Juros, conforme o caso, sendo certo que os valores a serem informados pelo Agente Fiduciário à Emissora poderão sofrer variações até a data do efetivo pagamento da respectiva Parcela de Amortização Programada ou dos Juros, conforme o caso, de modo que o Agente Fiduciário não terá qualquer responsabilidade pela eventual variação de tais valores.
- 9.3.2. O organograma societário da Emissora, previsto na alínea m) do item 9.3.1 acima, deverá conter os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas e integrantes do bloco de controle, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social.
- 9.3.3. Para fins de atendimento ao disposto previsto na alínea u) do item 9.3.1 acima, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Agente Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive, referente à divulgação, a qualquer momento, da posição das Debêntures e de seus respectivos titulares.

9.4. **Atribuições Específicas**

- 9.4.1. Observadas as disposições da presente Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e para a realização de seus créditos, podendo, em caso de Vencimento Antecipado, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the page. There are two distinct signatures, one appearing to be 'JL' and another 'R-1'.

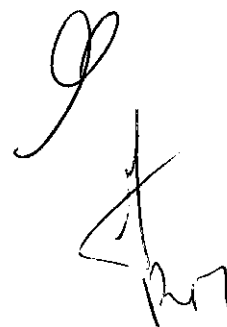
- a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, conforme disposto no item 6.1 acima;
- b) executar os Contratos de Garantia constituídas em benefício dos Debenturistas, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos valores devidos aos Debenturistas e, após o pagamento de todos os valores devidos, restituir os eventuais valores não utilizados na excussão das garantias à Emissora ou à Garantidora, conforme o caso;
- c) requerer a falência da Emissora, mediante autorização dos Debenturistas;
- d) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- e) tomar todas as providências necessárias para exercício de seus direitos e obrigações a ele atribuídos no âmbito desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia; e
- f) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora.

9.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas a), b), c) e d) do item 9.4.1 acima, mediante renúncia específica dos Debenturistas, por decisão tomada na Assembleia de Debenturistas referida no item 6.1.8 acima.

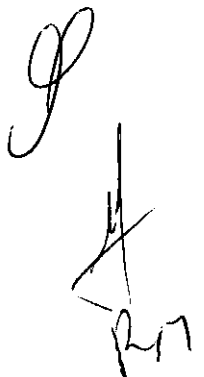
9.5. **Remuneração do Agente Fiduciário**

9.5.1. Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a uma remuneração anual de R\$11.000,00 (onze mil reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil após a data da assinatura da Escritura de Emissão e as demais parcelas no mesmo dia nos anos subsequentes.

9.5.2. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

Handwritten signature and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page.

- 9.5.3. Em caso de descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, será devida, ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$100,00 (cem reais) por hora-homem de trabalho dedicado: (i) à assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação de suas condições, requerido pela Emissora; (ii) ao comparecimento em reuniões com a Emissora ou com os Debenturistas; (iii) à implementação das consequentes decisões dos Debenturistas ou da Emissora. A remuneração adicional deverá ser aprovada previamente e paga pela Emissora, ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado, por mês durante o período em a Emissora permanecer nessa situação. Caso a Emissora não se manifeste acerca da autorização em até 2 (dois) dias úteis contados da solicitação realizada pelo Agente Fiduciário, a referida solicitação será considerada automaticamente aprovada.
- 9.5.4. A remuneração devida ao Agente Fiduciário, nos termos dos itens 9.5.1 e 9.5.3 acima, será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada *pro rata die*, conforme o caso.
- 9.5.5. Os honorários devidos pela Emissora em decorrência da prestação dos serviços do Agente Fiduciário de que trata o item 9.5.1 acima serão acrescidos dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e (iv) quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre referidos honorários, excetuando-se o IR (Imposto sobre a Renda) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
- 9.5.6. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ao Agente Fiduciário ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito à atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.
- 9.5.7. A remuneração prevista nos itens anteriores será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

9.5.8. Eventuais obrigações adicionais do Agente Fiduciário facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.

9.5.9. A remuneração estabelecida na presente Cláusula não inclui despesas razoáveis consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante a implantação ou a vigência do serviço, nem tampouco os custos razoáveis relacionados à contratação de um mandatário para figurar como beneficiário da Livrança, a ser subscrita em Portugal, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral; notificações, extração de certidões, viagens e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário. Todas as despesas e custos previstos neste item deverão ser antecipadamente aprovados pela Emissora para que sejam passíveis de reembolso ao Agente Fiduciário. Caso a Emissora não se manifeste acerca da autorização em até 2 (dois) dias úteis contados da solicitação realizada pelo Agente Fiduciário, a referida solicitação será considerada automaticamente aprovada.

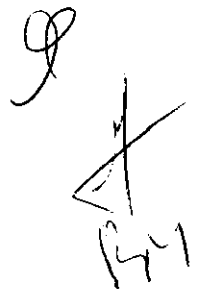
9.6. **Despesas**

9.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos na hipótese de caracterização de Vencimento Antecipado.

9.6.2. O ressarcimento a que se refere o item 9.6.1 acima será efetuado no prazo de 10 (dez) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.6.3. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora.

9.6.4. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos razoáveis com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. O Agente Fiduciário, no entanto, fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

9.6.5. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.6.6. As despesas a que se refere este item 9.6 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

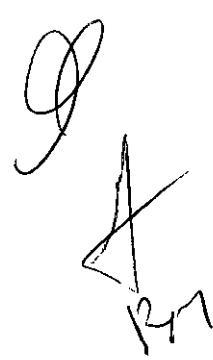
- a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções entre estados da federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas; e
- d) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.6.7. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

CLÁUSULA X - ASSEMBLEIA DE DEBENTURISTAS


10.1. Assembleia de Debenturistas

10.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("**Assembleia de Debenturistas**").

- 10.1.2. A Assembleia de Debenturistas poderá ser convocada pela Emissora, pelo Agente Fiduciário ou por Debenturistas que representem, no mínimo, a titularidade de 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, em jornais de grande circulação e diários oficiais e nos prazos previstos na Lei das Sociedades por Ações. Na hipótese de haver apenas 1 (um) Debenturista, a convocação ficará dispensada, desde que devidamente comprovado o envio de comunicado ao Debenturista, na forma prevista no item 11.6 abaixo.
- 10.1.3. Aplicar-se-á à Assembleia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, para assembleias gerais.
- 10.1.4. Salvo disposto de outra forma na presente Escritura de Emissão, a Assembleia de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria simples (50% (cinquenta por cento) mais um) das Debêntures em Circulação, em segunda convocação, com qualquer número.
- 10.1.5. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação ou deliberação da Assembleia de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, considera-se "**Debêntures em Circulação**" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.
- 10.1.6. Mediante proposta da Emissora, a Assembleia de Debenturistas poderá, por deliberação Debenturistas representando, no mínimo, o Quorum Qualificado, aprovar modificações nas condições das Debêntures contidas nas seguintes cláusulas desta Escritura de Emissão: Cláusula IV (Características da Emissão), salvo o item 4.6; Cláusula V (Características das Debêntures); Cláusula VI (Vencimento Antecipado); alíneas h), k), m), o), p), q), r), aa), bb), cc), dd) e ee) do item 7.1.1, item 7.2.1 e item 7.2.2 da Cláusula VII (Obrigações Adicionais); e Cláusula X (Assembleia de Debenturistas).

Handwritten signature and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page.

- 10.1.7. Ressalvado o disposto no item 10.1.6 acima ou outras disposições aplicáveis que requeiram quorum específico, o quorum de deliberação na demais Assembleias de Debenturistas será o de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria simples (50% (cinquenta por cento) mais um) dos Debenturistas presentes.
- 10.1.8. Nas deliberações da Assembleia de Debenturistas, a cada Debênture caberá 1 (um) voto.
- 10.1.9. A presidência da Assembleia de Debenturistas caberá ao representante do Debenturista eleito pelos demais Debenturistas, mediante deliberação majoritária.
- 10.1.10. Salvo disposto de outra forma na presente Escritura de Emissão, as Assembleias de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia de Debenturista em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia de Debenturistas em primeira convocação.
- 10.1.11. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia de Debenturistas.

CLÁUSULA XI - DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou prerrogativa que caiba ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou prerrogativas, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2. Custos de Registro

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão, bem como seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão nos registros competentes serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

11.3. **Irrevogabilidade**

Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

11.4. **Independência das Disposições da Escritura de Emissão e Interpretação dos Títulos das Cláusulas e dos Itens**

11.4.1. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

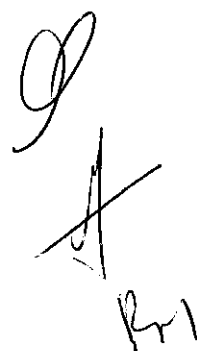
11.4.2. Os títulos das Cláusulas e itens desta Escritura de Emissão são ilustrativos e para referência e não terão nenhum efeito para a interpretação desta Escritura de Emissão.

11.5. **Título Executivo Extrajudicial**

Toda e qualquer quantia devida a qualquer das Partes por força desta Escritura de Emissão poderá ser cobrada via processo de execução, visto que as Partes, desde já, reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial, nos termos e para os efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

11.6. **Publicidade e Comunicações**

11.6.1. Todas as notificações, solicitações e outras comunicações previstas nesta Escritura de Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente feitas por escrito e serão entregues em mãos, enviadas por meio certificado ou registrado (com aviso de recebimento) ou entregue por portador, e-mail ou fac-símile, para os seguintes endereços:

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

11.6.1.1. Se para o Agente Fiduciário ou para os Debenturistas:

PENTÁGONO S.A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, sala 514

Rio de Janeiro, RJ CEP 22640-102

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (*Backoffice*) / Srta. Nathalia Machado (Jurídico)

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

e-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br

juridico@pentagonotrustee.com.br

11.6.1.2. Se para a Emissora:

N.S.O.S.P.E. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Praia do Flamengo, nº 66, Bloco B, Sala 1201, parte

Rio de Janeiro, RJ CEP 22210-030

At.: Exmo. Senhor Antônio Carlos Rodrigues

Telefone: (21) 2205-6646

Fac-símile: (21) 2205-6968

e-mail: acr@primaveracoffee.com.br

com cópia para **SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A.**

Av. Fontes Pereira de Melo, 14 - 10

CEP1050-121 Lisboa

Lisboa, Portugal

At.: Secretário da Sociedade

Telefone: +351 21 318 47 00

Fac-símile: +351 21 352 17 48

e-mail: rgouveia@semapa.pt / rmenezes@semapa.pt

11.6.1.3. Se para a CETIP:

CETIP S.A. – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS

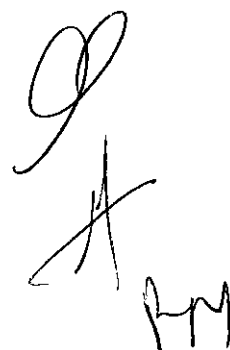
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

São Paulo, SP CEP 01452-001

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564



11.6.1.4. Se para o Banco Mandatário e Agente Escriturador:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 7ª andar – Torre Eudoro Villela

São Paulo, SP, CEP 04344-902

At.: Gerência de Trustee

Fac-símile: (11) 5029-1535

e-mail: trustee.operacional@itau-unibanco.com.br

11.6.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

11.6.3. A mudança dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, por cada uma das partes, conforme aplicável.

11.7. **Prorrogação dos Prazos**

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se a data de cumprimento da obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

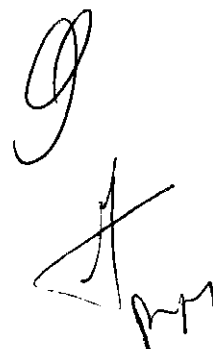
11.8. **Cessão**

A Emissora não poderá alienar ou ceder esta Escritura de Emissão, no todo ou em parte, ou qualquer direito ou obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sem o consentimento prévio dos Debenturistas que representem, no mínimo, o Quorum Qualificado.

11.9. **Verificação de Veracidade**



- 11.9.1. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos diretos a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.
- 11.9.2. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos diretos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência de quaisquer das suas declarações prestadas nesta Emissão, assim determinado em decisão transitada em julgado.
- 11.9.3. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora, ou por terceiros a seu pedido, não foram objeto de fraude ou adulteração. Agente Fiduciário não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
- 11.9.4. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações presentes na Escritura de Emissão, bem como nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora, ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora de elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
- 11.9.5. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das

Handwritten signature and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page.

orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disso aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

11.9.6. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia de Debenturistas.

11.10. **Lei Aplicável**

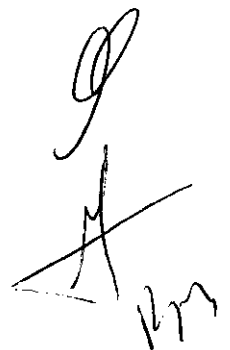
Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.11. **Eleição de Foro**

Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia de quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam, para dirimir qualquer questão decorrente desta Escritura de Emissão.

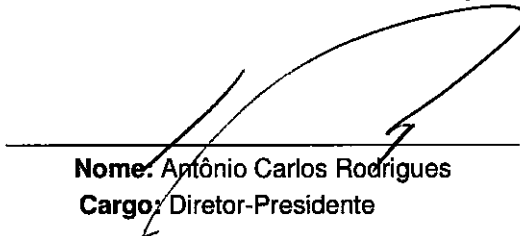
E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam esta Escritura de Emissão, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2012

Handwritten signatures of the parties and witnesses, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

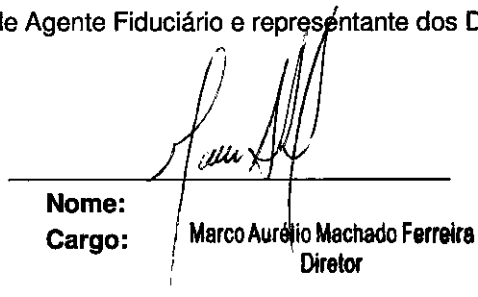
Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Penhor de Ações de Emissão da N.S.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., celebrada entre a N.S.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliário, como Agente Fiduciário e representante dos Debenturistas

N.S.O.S.P.E. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.



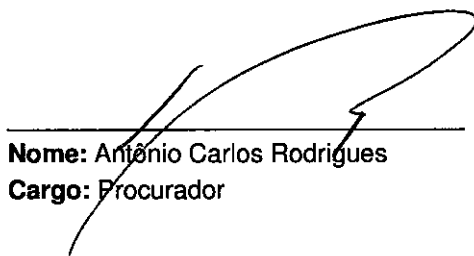
Nome: Antônio Carlos Rodrigues
Cargo: Diretor-Presidente

PENTÁGONO S.A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
na qualidade de Agente Fiduciário e representante dos Debenturistas

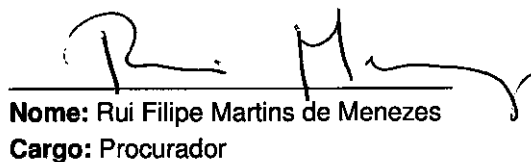


Nome:
Cargo: Marco Aurélio Machado Ferreira
Diretor

SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO DE GESTÃO, SGPS, S.A.
como Interveniante Anuente




Nome: Antônio Carlos Rodrigues
Cargo: Procurador





Nome: Rui Filipe Martins de Menezes
Cargo: Procurador

Testemunhas:


Nome: **Fábio Monteiro Marques**
RG: **OAB 111021 - CPF: 023697007-00**

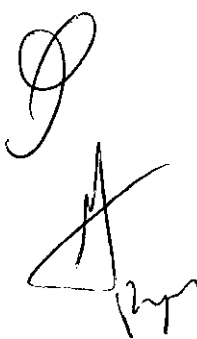

Nome: **JOSÉ FELIPE JUNIOR**
RG: **RS: 06481825-09 IIPM/BA**
CPF: **996.617.725-68**



PM

ANEXO I

DATAS DE PAGAMENTO DOS JUROS

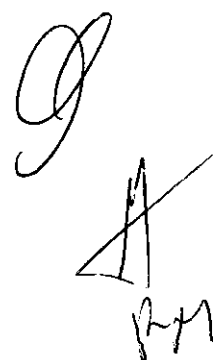
Nº da Parcela de Juros	Data de Pagamento dos Juros
1ª parcela	26/09/2012
2ª parcela	26/03/2013
3ª parcela	26/09/2013
4ª parcela	26/03/2014
5ª parcela	26/09/2014
6ª parcela	26/03/2015
7ª parcela	26/09/2015
8ª parcela	26/03/2016
9ª parcela	26/09/2016
10ª parcela	26/03/2017



ANEXO II

PARCELA DE AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA

Nº da Parcela de Amortização Programada	Percentual Sobre o VNe (%)	Data de Pagamento da Parcela de Amortização Programada
1ª parcela	14,2857%	26/03/2014
2ª parcela	14,2857%	26/09/2014
3ª parcela	14,2857%	26/03/2015
4ª parcela	14,2857%	26/09/2015
5ª parcela	14,2857%	26/03/2016
6ª parcela	14,2857%	26/09/2016
7ª parcela	14,2857%	26/03/2017

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.